



TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS

ATO REGULAMENTAR N. 1 DE 21 DE JUNHO DE 1976

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS, usando das suas atribuições legais e constitucionais, e tendo em vista a deliberação do Tribunal em sessão administrativa, realizada em 18 de junho de 1976,

Considerando a necessidade de serem providas as vagas constantes da Classe “C”, das Categorias Funcionais de Técnico Judiciário, Código TFR-AJ-021.8, e de Taquígrafo Judiciário, Código TFR-AJ-023.6, do Grupo – Atividades de Apoio Judiciário, do Quadro Permanente da Secretaria deste Tribunal;

Considerando que o Plano de Classificação de Cargos, instituído pela Lei n. 5.645, de 10 de dezembro de 1970, encontra-se implantado na totalidade dos cargos que compõem as diversas Categorias Funcionais, nos termos da Lei n. 5.997, de 18 de dezembro de 1973, e de acordo com o Ato n. 2, de 7 de janeiro de 1974, que dispõe sobre a constituição e estruturação do Grupo-Atividades de Apoio Judiciário;

Considerando o disposto no § 4º, do artigo 5º, do mencionado Ato número 2, de 7 de janeiro de 1974,

RESOLVE:

Art. 1º A prova de títulos, de caráter seletivo e classificatório, a que se refere o § 4º, do artigo 5º, do Ato n. 2, de 7 de janeiro de 1974, para efeito de provimento dos cargos vagos da Classe “C”, das Categorias Funcionais de Técnico Judiciário, Código TFR-AJ-021.8, e de Taquígrafo Judiciário, Código TFR-AJ-023.8, do Grupo-Atividades de Apoio Judiciário, do Quadro Permanente da Secretaria deste Tribunal, obedecida a lotação fixada pelo Ato n. 75, de 15 de setembro de 1975, far-se-á na forma deste Ato Regulamentar.

Art. 2º Mediante edital, publicado por duas vezes no “Diário da Justiça”, com o prazo de trinta (30) dias, a começar da primeira publicação, serão convidados a inscrever-se na prova os funcionários que o desejarem, podendo concorrer:

- a) Para o provimento dos cargos da Categoria Funcional de Técnico Judiciário, os ocupantes das outras classes da Categoria Funcional e demais Categorias Funcionais deste e de outros Grupos;
- b) Para o provimento dos cargos da Categoria Funcional de

Taquígrafo Judiciário, os ocupantes das outras classes da Categoria Funcional.

Art. 3º Os candidatos requererão sua inscrição ao Presidente do Tribunal, apresentando, desde logo, seus títulos devidamente relacionados na ordem constante do artigo seguinte.

Art. 4º Consideram-se títulos, para os efeitos deste Ato:

- I – Títulos representativos do grau de escolaridade;
- II – Títulos representativos do desempenho funcional no Tribunal;
- III – Títulos representativos de desempenho funcional anterior ao ingresso no Tribunal, em cargo público ou de entidade criada pelo Poder Público;
- IV – Trabalhos publicados, sobre temas relacionados com as atividades do Poder Judiciário ou da Administração Pública em Geral;
- V – Prova de exercício de magistério, nos graus superior ou médio;
- VI – Título representativo do termo de serviço no Tribunal.

Art. 5º Os títulos referentes ao grau de escolaridade serão apresentados por meio de diploma registrado ou outro documento hábil e poderão dizer respeito a curso superior completo ou incompleto, curso colegial ou equivalente, completo, e, ainda, a participação em cursos, com aproveitamento devidamente comprovado, quando feita inscrição por indicação do Tribunal.

Art. 6º Os títulos relativos ao desempenho funcional no Tribunal serão comprovados por meio de originais, certidões ou cópias autenticadas e dirão respeito à forma de ingresso inicial, se por concurso ou não, e aos cargos, funções ou encargos exercidos, que hajam sido oficialmente cometidos ao funcionário, mediante ato ou portaria, publicados no “Diário da Justiça”.

Art. 7º Os títulos alusivos a desempenho funcional anterior, fora do Tribunal, bem assim os relativos a exercício de magistério, deverão igualmente constar de originais, certidões ou cópias autenticadas.

Art. 8º Os trabalhos publicados serão apresentados em um exemplar não constituindo títulos àqueles que não sejam de autoria exclusiva do candidato.

Art. 9º O título representativo do tempo de serviço no Tribunal constará de certidão que o indique no total em anos, meses e dias até a data da publicação deste Ato, e, bem assim relacione, até a mesma data, as faltas injustificadas, as faltas relevadas, e os dias de licença, com informação do respectivo motivo.

Art. 10 Não constituem títulos para os efeitos deste Ato atestados ou declarações de capacidade técnica ou de boa conduta profissional ou funcional.

Art. 11 Os ocupantes dos cargos das Classes “C” das Categorias Funcionais de Técnico Judiciário e Taquígrafo, do Quadro Permanente da Secretaria do Tribunal Federal de Recursos, terão exercício, exclusivamente, nas unidades administrativas e de assessoramento superior do Tribunal Federal de Recursos e do Conselho da Justiça Federal, em Brasília, não sendo, em nenhuma hipótese, autorizado afastamento desses funcionários, a qualquer título, para servir em Seção Judiciária da Justiça Federal de Primeira Instância ou em outro órgão da Administração Pública.

§ 1º Os funcionários do Quadro Permanente da Secretaria do Tribunal

Federal de Recursos, atualmente à disposição das Seções Judiciárias ou da Justiça Federal de Primeira Instância ou de qualquer outro órgão judiciário, legislativo ou da administração pública, em geral, somente poderão ser nomeados para cargo de Técnico Judiciário, Classe “C”, ou Taquígrafo Judiciário, “C”, se retornarem ao exercício de suas funções na Secretaria do Tribunal Federal de Recursos, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação do resultado do concurso.

§ 2º Somente será deferida a inscrição dos candidatos nas condições do parágrafo anterior, se do requerimento constar, expressamente, o compromisso de retorno as suas funções na Secretaria do Tribunal, no prazo nele estabelecido.

Art. 12 O Presidente do Tribunal decidirá os requerimentos de inscrição e designará comissão composta de três Ministros para apreciação e julgamento dos títulos apresentados pelos candidatos.

Parágrafo único. Para o julgamento dos títulos, a Comissão elaborará tabela de avaliação em que estabelecerá limite máximo de pontos atribuíveis a cada um dos itens do art. 4º, bem como os critérios de valorização.

Art. 13 Julgados os títulos, a comissão de Ministros organizará a lista de classificação dos candidatos pela ordem decrescente de pontos.

Parágrafo único. Ocorrendo empate na classificação, terá preferência o candidato na seguinte ordem:

- 1º) maior tempo de serviço no Tribunal;
- 2º) maior tempo de serviço federal;
- 3º) maior tempo de serviço público;
- 4º) o de mais idade;
- 5º) o de maior número de dependentes.

Art. 14 O Presidente submeterá o resultado do concurso à homologação do Tribunal.

§ 1º Homologado o resultado, far-se-á publicação, no Diário da Justiça, da lista de classificação dos candidatos.

§ 2º A homologação encerra o concurso de que trata este Ato.

Art. 15 O provimento dos cargos indicados no artigo 1º deste Ato somente ocorrerá quando houver disponibilidade orçamentária própria do Tribunal Federal de Recursos e terá efeitos a partir da data da publicação no “Diário da Justiça”.

Art. 16 Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE.

MINISTRO MOACIR CATUNDA

PRESIDENTE